



“Especialização Inteligente - Os Desafios do QREN”

19 Janeiro 2012, Lisboa

Álvaro Santos

Chefe de Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da
Economia e Desenvolvimento Regional

Senhor Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal,
Senhores Presidentes das Autoridades de Gestão dos Programas do
QREN,
Senhor Coordenador do Observatório do QREN,
Senhores Representantes da Comissão Europeia,
Senhores oradores,
Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Sou antes de mais portador de uma mensagem da parte do Senhor
Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento
Regional, o Dr. António Almeida Henriques, que me pede que vos
saúde e felicite por esta iniciativa.´

A seu ver, este seminário tem dois méritos relevantes.



Por um lado, actualiza, em Portugal, o “state-of-art” do pensamento e das políticas comunitárias, inspiradas e desenhadas sob a estratégia “Europa 2020”.

Por outro, esta oportunidade proporciona-nos a vantagem de nos fazer reflectir sobre o caminho que o país, a economia e as suas regiões têm feito neste inadiável desafio que se coloca à Europa no sentido de um “crescimento inteligente”, na base de uma “especialização inteligente”.

Esta iniciativa, sendo importante, não é precoce.

Quanto melhor e mais cedo Portugal preparar a sua estratégia e a sua ação sobre os avanços que estão ao nosso alcance concretizar, no quadro da “Europa 2020”, em melhor condições estará para ser bem sucedido.

Como disse o filósofo Francis Bacon, na transição do século XVI para o século XVII, «todo o conhecimento é imprescindível à acção.»

A história da política e da economia veio dar-lhe razão.



Não só o conhecimento triunfou como o principal capital de desenvolvimento no mundo moderno, como todo o conhecimento se revelou crítico e decisivo na sua construção económica e definição geopolítica.

Minhas senhoras, meus senhores,

Nas últimas décadas, a Europa perdeu centralidade e não recuperou ainda o seu estatuto de “economia motora” mundial. E assistimos à emergência de um grande centro de gravidade económica na Ásia.

A “Europa 2020” e a sua estratégia são, em larga medida, a resposta, pela positiva e com ambição, à situação e ao papel da União Europeia no mundo.

Portugal não quer ficar de fora desta dinâmica. Não quer e também não pode.

Há dez anos atrás, em 2001, Portugal ocupava praticamente a mesma posição que hoje ocupa no índice do PIB *per capita* médio da União Europeia a 27 Estados-Membros: sensivelmente, 80%.



Também entre 2001 e 2011, a taxa de desemprego disparou de 4,1% para 12,7%, situando-se nos jovens acima dos 35%.

Os riscos de uma retoma mais difícil de crescimento e convergência com a União tornam ainda mais relevante a aplicação da Política de Coesão em Portugal.

Por outro lado, Portugal apresenta hoje, ainda, disparidades territoriais muito significativas, que importa vencer.

É preciso não esquecer que há regiões portuguesas que figuram na lista das mais pobres da União, apesar do excecional potencial económico, exportador, territorial, humano, cultural e científico que lhes é reconhecido.

Estas disparidades e estes índices devem continuar a merecer a prioridade das políticas nacionais e comunitárias. Não apenas em nome de um objetivo de coesão, mas também de uma competitividade económica sustentável.

A política de coesão comunitária e os seus instrumentos financeiros têm a virtualidade de poder exercer um efeito contra cíclico muito relevante, no actual contexto de crise.



Simultaneamente, combinam um apoio dirigido ao investimento centrado no crescimento económico, na competitividade e na criação de emprego, com a prioridade estratégica da recuperação, reconversão e convergência das regiões menos desenvolvidas.

Para Portugal, esta visão, estes objectivos e os seus resultados são absolutamente decisivos.

Decisiva é também a regulamentação e formatação dos instrumentos da política de coesão do futuro período de programação.

O Governo Português e as autoridades nacionais têm colocado um empenho particular no seu acompanhamento e negociação.

Partilhamos com a Comissão Europeia a preocupação de promoção de uma maior eficiência e eficácia na aplicação da Política de Coesão. E fazemo-lo considerando também a experiência portuguesa.

A este respeito, o Governo Português fez já saber que defende, sem hesitação, um modelo de avaliação de performance centrado em mecanismos de prémio, ou seja, em incentivos positivos.



Todos os investimentos devem ter o seu correspondente retorno. Assim terá também de ser nos apoios à inovação e à “especialização inteligente”.

Em contrapartida, o Governo Português vê com muitas reservas e assumida oposição a combinação daqueles “incentivos positivos” com sanções negativas, nomeadamente no quadro da adoção de “condicionalidades macroeconómicas”.

Esta medida equivaleria a utilizar os instrumentos da política de coesão como meios de penalização de uma eventual performance desfavorável dos Estados-Membros, em determinados indicadores macroeconómicos, num contexto de enorme imprevisibilidade macroeconómica e de grande exigência.

Contrariando e desvirtuando a missão da Política de Coesão, estas condicionalidades negativas poderão comprometer uma adequada execução dos instrumentos financeiros que, num cenário macroeconómico adverso, se constituem como principal alavanca de promoção de crescimento económico e de criação de emprego.

Meus Senhores, Minhas Senhoras,



O Governo Português elege o objetivo de uma forte participação do país nas “Iniciativas Emblemáticas” da “Europa 2020” e nesse desígnio comunitário tríplice de um “Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo”.

O tema do nosso encontro é “Especialização Inteligente”, uma das principais bandeiras da nova estratégia comunitária.

É uma aposta relevante e irrecusável para a Europa e para Portugal.

O momento presente de dificuldade e os constrangimentos de ordem financeira não podem toldar a nossa visão estratégica sobre um modelo de desenvolvimento e de crescimento.

Um modelo de desenvolvimento e crescimento baseado numa valorização económica da inovação, do conhecimento, da investigação & desenvolvimento tecnológico, da criatividade.

Nas últimas duas décadas, Portugal deu passos importantes e até significativos na construção de um sistema científico e tecnológico com pólos de excelência internacional reconhecida.



Institutos e laboratórios nacionais, distribuídos em diversas regiões do país, produzem investigação de referência e prestígio mundial em saúde, engenharia dos materiais, tecnologias de informação, comunicação e electrónica, biotecnologia e agro-alimentar.

No “Innovation Union Scoreboard” recentemente publicado, relativo a 2011, o sistema científico e tecnológico nacional figura numa posição relevante em matéria de excelência, abertura e atratividade, em convergência com a média europeia e próximo de países europeus que se inserem no grupo dos “innovation leaders”.

Porém, e em contrapartida, Portugal apresenta uma performance muito modesta e pouco expressiva no que respeita aos “efeitos económicos” da inovação realizada no país. Que importa superar.

O indicador desses “efeitos económicos” mede aspectos cruciais da “especialização inteligente”, ao nível do emprego em actividades de conhecimento intensivo, da exportação de bens de média e alta tecnologia e de serviços intensivos em conhecimento, e das patentes internacionais.



O mesmo relatório revela-nos ainda que existe em Portugal um elevado número de micro e pequenos empresários que introduzem, na sua actividade, processos ou produtos com conteúdo inovativo.

Todavia, e mais uma vez em contracorrente, o mesmo relatório diz-nos que a despesa das empresas em investigação & desenvolvimento e em outras componentes de inovação constitui ainda uma fraqueza, uma debilidade que afeta a competitividade e a inteligência da nossa economia.

Ou seja, dispomos de laboratórios e institutos de ciência e tecnologia com reconhecido potencial; dispomos também de empresários com abertura para a inovação; mas temos um “gap” entre essa realidade e os seus efeitos económicos reais.

Portugal enfrenta hoje o grande desafio da valorização económica da sua inovação. Ou seja da empresarialização do conhecimento, do empreendedorismo tecnológico, da inserção das suas “expertises” em cadeias de valor.

O QREN tem assumido, neste contexto, um papel relevante, criando mecanismos de apoio à inovação e intensificação tecnológica das empresas e ao sistema científico e tecnológico nacional.



O investimento total aprovado em investigação & desenvolvimento ascende já a 1,6 mil milhões de Euros. À data, são 335 as “start-ups” apoiadas em sectores intensivos em média-alta e alta tecnologia.

Temos que saber potenciar e maximizar os efeitos destes investimentos, no presente.

Mas teremos, no futuro próximo, de saber focar a nossa estratégia de “especialização” nas áreas de excelência científica e tecnológica e numa resposta à realidade e vocação económica das empresas.

Ou seja, que se centre em objectivos e resultados de crescimento, internacionalização, revitalização empresarial, emprego qualificado e valorização económica do produto.

Por outro lado, importa que essa estratégia, ou conjunto de estratégias, se adeque ao perfil das diferentes regiões portuguesas e potencie os seus recursos e valores distintivos.

Não podemos tomar o todo pela parte, nem a parte pelo todo.



Esse erro do passado não poderemos voltar a cometer: o de laborar na ausência de leituras territoriais das políticas económicas e de inovação.

As dimensões territoriais terão, forçosamente, aqui grande relevo.

O Governo Português assume, aliás, convictamente a defesa do primado do desenvolvimento regional na Política de Coesão comunitária.

Um relançamento económico e do emprego sustentável não pode estar divorciado de uma política de desenvolvimento territorial e da redução das disparidades de riqueza entre as regiões.

Que políticas e instrumentos serão proporcionados pela iniciativa emblemática da “Especialização Inteligente”?

Que oportunidades para Portugal?

Como adaptar essa visão e os instrumentos à realidade da economia portuguesa e às identidades dos territórios?



Que reformas institucionais ou alterações promover ao modelo de governação, no sentido de aumentar a sua eficiência e a sua eficácia na resposta a problemas ou oportunidades concretas?

É nosso desejo estimular este debate e a participação das empresas e das universidades, das regiões e dos municípios, dos especialistas e dos cidadãos.

O mesmo é dizer: na construção do futuro modelo e arquitetura de políticas, instrumentos e iniciativas com financiamento dos fundos estruturais, no período 2014/2020. De outra forma comprometeremos o seu sucesso.

Não há políticas bem sucedidas “de gabinete”, sem aderência aos atores, aos territórios, às dinâmicas.

Hoje dá-se aqui um passo relevante. Faço votos para que este seminário forneça respostas, contributos e propostas. Temos expectativa em conhecê-los.

Muito obrigado.